


ESTADO, MERCADO E ESPORTE: CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS AO DEBATE

Recebido em: 12/12/2020

Aprovado em: 29/12/2020

Licença: 

*Verônica Toledo Ferreira de Carvalho*¹
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

*Renato Machado Saldanha*²
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife – PE – Brasil

RESUMO: No presente trabalho nos propomos a refletir sobre a necessidade da existência de uma estrutura ministerial para os esportes. Para isso, apresentamos um levantamento sobre a localização do tema na estrutura governamental de outros países, bem como buscamos comentar e responder às considerações e críticas formuladas por Dias (2020). A partir da análise dos fundamentos da dinâmica capitalista, concluímos que o mercado não é capaz de garantir o acesso igualitário e universal ao esporte, e afirmamos a presença estatal como necessária para o processo de superação do sistema vigente. Por fim, indicamos o risco que representa as narrativas conservadoras e a-históricas, que em nome de um mal menor, e de uma suposta temperança política, nos convidam a abandonar projetos de transformação radical e aceitar a dura realidade como a melhor ou a única possível.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Mercado. Esporte.

STATE, MARKET AND SPORT: CRITICAL CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE

ABSTRACT: In this paper we propose to reflect on the existence of a ministerial structure for sports. For this, we present data on this theme in the governmental structure of other countries, as well as seeking to comment and respond to the considerations and formulated by Dias (2020). From the analysis of the fundamentals of capitalist dynamics, we conclude that the market is not able to guarantee equal and universal access to sport, and we affirm the state presence as necessary for the process of overcoming the current system. Finally, we indicate the risk posed by conservative and unhistorical narratives,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro dos grupos de pesquisa: FuLiA, Hisla e Oricolé.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Professor do Centro Acadêmico de Vitória/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro dos Grupos de Pesquisa CoRE / GEFUT

which in the name of one of supposed political temperance, invite us to abandon projects of radical transformation and accept the harsh reality as the best or the only possible one.

KEYWORDS: State. Market. Sport.

Introdução

A universidade pública brasileira vem sendo alvo de duros ataques ultimamente. Para além dos cortes e contingenciamentos de verbas constantes, que aprofundam seu histórico quadro de subfinanciamento, precarizando ainda mais as condições de trabalho, estudo e permanência, há também em curso uma campanha difamatória, com a participação ativa da atual presidência da república, que busca desacreditar universidades, docentes e o próprio pensamento científico perante a sociedade. Na narrativa delirante do atual governo e de seus seguidores fiéis as universidades são espaços de drogadição, perversão e doutrinação da juventude. Plantações de maconha, laboratórios de drogas sintéticas, e orgias seriam comuns no dia-a-dia dessas entidades, dominadas por professoras e professores “esquerdistas”, dedicadas ao proselitismo político e à destruição da moral da família tradicional brasileira.

Apesar disso, a universidade pública brasileira resiste, e segue produzindo conhecimento de ponta e formando gerações de profissionais qualificados nas mais diversas áreas. Exemplo disso é que essas instituições são responsáveis por mais de 95% da ciência produzida no Brasil (MOURA, 2019), e lideram o ranking de depósito de pedidos de patentes no País (PLATONOW, 2020). Isso só é possível devido ao esforço e dedicação da maioria de suas trabalhadoras, trabalhadores e estudantes em defendê-la como um ambiente do livre pensar, onde tudo é possível de ser questionado, e onde prevalece a força do argumento.

O presente trabalho é expressão desse *modus operandi* universitário, e prova de que esse ainda é um ambiente vivo, marcado pela pluralidade de perspectivas políticas e

metodológicas. As reflexões que socializamos aqui, sobre o papel do poder público na garantia do direito ao esporte e lazer, começaram a ser sistematizadas por nós durante as aulas da disciplina “Esporte, lazer e políticas de desenvolvimento”, ministrada pelo Prof. Cléber Dias, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais. Meses depois, apresentamos em um evento científico, o Congresso Ibero-americano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação, um estudo preliminar sobre a presença de estruturas ministeriais dedicadas ao esporte pelo mundo, que foi seguido de um texto crítico do professor supracitado (DIAS, 2020). Retomamos aqui o debate, procurando acrescentar novos dados e argumentos.

Portanto, nos propomos a refletir sobre a necessidade da existência de uma estrutura ministerial para os esportes como ferramenta de socialização de sua prática. Para isso, apresentamos aqui uma versão atualizada e ampliada do levantamento sobre a localização do tema na estrutura governamental de outros países, bem como buscamos comentar e responder às considerações e críticas formuladas por Dias (2020).

O Esporte em Ministérios pelo Mundo

No seu ato de posse, no dia 1º de janeiro de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro extinguiu oficialmente o Ministério dos Esportes (ME). O ato, que já havia sido anunciado pela mídia alguns dias antes, gerou algumas críticas e reações da comunidade acadêmica da educação física. FRIZZO localiza essa decisão na conjuntura mais ampla, de aprofundamento de uma política ultraliberal no Brasil. Para ele, isso representa, “por um lado, a secundarização do Esporte como um direito social constitucionalmente garantido e, por outro, o enxugamento do Estado para benefício da iniciativa privada como promotora do Esporte” (2019, p. 3). CASTELLANI FILHO (2019) acrescenta a esse quadro um processo de crescente militarização da sociedade, do

qual faz parte a transferência do protagonismo esportivo para o Ministério da Defesa. TAFFAREL e SANTOS JÚNIOR (2019), embora apresentem um balanço, no nosso entendimento, exageradamente positivo da atuação do ME no período anterior, também concordam que a extinção da pasta significa um avanço do capital sobre os interesses históricos da classe trabalhadora. Já DIAS (2018) destoa dos demais ao enxergar perspectivas alvissareiras na extinção do ME. Sem tecer considerações sobre o contexto político concreto e as razões que motivaram a decisão, o autor procura desconstruir narrativas idealizadas sobre o esporte, que atribuem a ele potencialidades desmedidas, e termina afirmando que a inexistência de uma estrutura ministerial própria pode favorecer a formulação de políticas intersetoriais para a área.

O interesse do poder público pelo esporte no Brasil não é recente. Leonardo Pereira (2000) mostra como as primeiras partidas de selecionados nacionais de futebol no exterior, no início do século XX, despertaram a atenção das autoridades, zelosas de que o mau comportamento dos atletas e torcedores, ou mesmo a presença de jogadores negros, viesse a macular a imagem ordeira e eugênica que se desejava passar do Brasil. Mas foi somente na década de 1930 que o Estado brasileiro resolveu intervir de forma mais direta e sistemática na área. A criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, por Getúlio Vargas, em 1937, pretendia resolver disputas no campo, bem como utilizar o esporte como ferramenta de propaganda de ideais nacionalistas, tema caro a política do Estado Novo que se iniciava (SOUZA, 2008).

Embora com diferentes denominações, o órgão governamental responsável pela política esportiva permaneceu na alçada do Ministério da Educação e Cultura por quase todo o restante do século XX. Isso mudaria somente com a criação, em 1990, da Secretaria de Desportos, ligada diretamente à Presidência da República. A existência dessa secretaria, porém, foi breve, pois com o impeachment do então presidente Fernando

Collor de Mello o esporte voltou a ficar na alçada do Ministério da Educação. Em 1995, foi a vez de o presidente Fernando Henrique Cardoso criar o Ministério Extraordinário do Esporte e, em seguida, em 1998, o Ministério do Esporte e Turismo. Já em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscando abrigar em seu governo os partidos que participaram da coligação que o elegeu, desmembrou esse ministério, criando uma pasta exclusiva para o Esporte (BUENO, 2008).

A princípio, embora tal ministério tenha sido “entregue” aos cuidados de outro partido, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), aliado histórico do PT (Partido dos Trabalhadores), algumas iniciativas até apontavam para a possibilidade de novos rumos para o esporte. A realização, em 2004 e 2006, das primeiras Conferências Nacionais de Esportes, por exemplo, indicava a possibilidade de uma política de democratização do Esporte como um direito social. Porém, essa demanda da conferência foi rapidamente preterida por outros interesses, e secundarizada pelo governo.

A agenda Rio 2016 exclui, portanto, a participação popular e o controle democrático. O Projeto olímpico, por exemplo, foi construído de cima para baixo, verticalizado a partir do COB e representantes de governo, sem qualquer discussão junto à sociedade civil. (...) a determinação de trazer os Jogos para o Brasil não se sustenta nas Conferências Nacionais do Esporte (...), tampouco na Política Nacional do Esporte (MASCARENHAS, 2015, p. 32).

Nos parece patente que a agenda decisória do esporte nacional não passou, de fato, pelas Conferências Nacionais de Esporte.

(...) os Megaeventos esportivos são menos resultado da articulação do campo esportivo brasileiro e manifestação de sua força e mais a conjugação de interesses de Governo centrado em uma determinada compreensão de desenvolvimento e de inserção protagônica do país no cenário mundial (CASTELLANI FILHO, 2015, p. 58).

A prioridade dada à promoção do esporte de alto rendimento, bem como a realização de megaeventos, acabou sendo a grande marca da política esportiva durante o

período de existência do Ministério do Esporte, deixando na sombra outras ações, de orçamento e visibilidade bastante reduzidas, como o PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade). Com a posse de Jair Bolsonaro, porém, a pasta perdeu o status de ministério, voltando a ser uma secretaria, desta vez localizada dentro do recém-criado Ministério da Cidadania, também responsável por políticas de combate às drogas e de assistência social, como o Programa Bolsa Família.

Ampliando nosso olhar para além das fronteiras nacionais, segundo informações da última versão do documento ‘Chiefs of State and Cabinet Members of Foreign Governments’³ (USA, 2020), produzido e disponibilizado no site da CIA, Agência Estadunidense de Inteligência, e que reúne informações da estrutura governamental de 200 países, ao extinguir do Ministério do Esporte o Brasil se juntou a outros 56 países, onde o esporte não figura na lista de temas dignos de um ministério (28,5% do total). A maior parte dos países, 143 no total (71,5%), possui um ministério dedicado diretamente ao esporte, seja como o único tema da pasta (caso de 18 países, ou 9% do total) ou associado a outras pautas (125 países, ou 62,5%).

Tabela 1: Países com Ministério dedicado ao esporte.

África do Sul	França	Níger
Albânia	Gabão	Nigéria
Andorra	Gâmbia	Nova Zelândia
Angola	Gana	Omã
Antígua e Barbuda	Geórgia	Holanda
Argélia	Granada	Polônia
Argentina	Grécia	Quênia
Armênia	Guatemala	Reino Unido
Aruba	Guiana	Rep. Centro-Africana
Austrália	Guiné	Rep. Dem. do Congo
Áustria	Guiné Bissau	República do Congo
Azerbaijão	Guiné Equatorial	República Dominicana

³ Utilizamos, para esse artigo, a versão mais recente do documento, publicada em Outubro de 2020. Além disso, também revisamos a tradução anterior, corrigindo pequenos erros. Desta forma, os dados aqui são ligeiramente diferentes dos apresentados anteriormente.

Bahamas	Haiti	República Tcheca
Bahrain	Iêmen	Romênia
Barbados	Ilhas Cook	Ruanda
Belize	Ilhas Marshall	Rússia
Benin	Índia	Samoa
Bielorrússia	Indonésia	San Marino
Bolívia	Irã	Santa Lúcia
Bósnia e Herzegovina	Iraque	São Cristóvão e Neves
Botsuana	Irlanda	São Tomé e Príncipe
Brunei	Israel	São Vic. e Granadinas
Bulgária	Itália	Senegal
Burkina Faso	Jamaica	Sérvia
Burundi	Japão	Seychelles
Cabo Verde	Kiribati	Somália
Camarões	Kosovo	Sri Lanka
Cambodia	Laos	Eswatini
Catar	Lesoto	Sudão
Cazaquistão	Líbano	Sudão do sul
Chade	Libéria	Suíça
Chile	Liechtenstein	Suriname
Comores	Luxemburgo	Tailândia
Coreia do Norte	Madagascar	Tanzânia
Coreia do Sul	Malawi	Togo
Costa do Marfim	Maldivas	Trindade e Tobago
Costa Rica	Mali	Tunísia
Croácia	Marrocos	Turcomenistão
Cuba	Maurício	Turquia
Dominica	Mauritânia	Tuvalu
Egito	Moçambique	Ucrânia
Equador	Mongólia	Uganda
Eslováquia	Montenegro	Uzbequistão
Eslovênia	Myanmar	Venezuela
Espanha	Namíbia	Vietnã
Etiópia	Nauru	Zâmbia
Fiji	Nepal	Zimbábue
Filipinas	Nicarágua	

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados analisados no site da CIA.

Tabela 2: Países sem Ministério do Esporte.

Afeganistão	Estados unidos	Niue
Alemanha	Estônia	Noruega
Arábia Saudita	Finlândia	Papua-Nova Guiné
Bangladesh	Honduras	Palau
Bélgica	Hungria	Panamá
Bermudas	Ilhas Salomão	Paquistão
Brasil	Islândia	Paraguai
Butão	Jordânia	Portugal
Canadá	Kuwait	Quirguistão
China	Letônia	Serra leoa
Chipre	Líbia	Síria
Vaticano	Lituânia	Suécia
Singapura	Macedônia do Norte	Taiwan
Colômbia	Malásia	Tajiquistão
Dinamarca	Malta	Timor Leste
Djibouti	México	Tonga
El Salvador	Micronésia	Peru
Emirados Árabes	Moldova	Uruguai
Eritreia	Mônaco	Vanuatu

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados analisados no site da CIA.

Chama atenção que entre as 10 principais potências olímpicas, entendidas aqui por aqueles países que conquistaram o maior número de medalhas no somatório de todas as edições dos jogos olímpicos de verão, já excluídas as extintas União Soviética e Alemanha Oriental⁴, a metade não possui hoje um ministério dedicado ao Esporte. Se tomarmos como base a história dos jogos olímpicos de inverno, 6 dos 10 principais vencedores⁵ não possuem neste momento um ministério dedicado ao Esporte. Portanto, a presença ou não de uma estrutura ministerial não parece ser determinante para o sucesso esportivo, no referencial do alto rendimento.

Também não parece haver uma relação direta entre bem-estar da população em geral e a presença de uma pasta ministerial dedicada ao esporte. Entre as 66 nações que

⁴ Estados Unidos, Reino Unido, China, França, Itália, Alemanha, Hungria, Rússia, Austrália e Suécia.

⁵ Noruega, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Áustria, Suécia, Suíça, Rússia, Holanda, Finlândia.

aparecem no topo do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em dados divulgados recentemente e referentes a 2019 (CNN, 2019) entre as nações com IDH extremamente alto (acima de 0,8), 22 (33,3%) não possuem ministério dedicado ao esporte, enquanto 44 possuem (66,6%). Já entre aquelas que estão localizadas no lado oposto do ranking, com IDH muito baixo (abaixo de 0,55), ocupando as 34 últimas posições, 30 possuem ministério, enquanto 4 não.

Considerando que a prática de atividade física regular é fator de prevenção à obesidade, procuramos relacionar também a existência ou não de ministério dedicado ao esporte com a taxa de prevalência de obesidade em adultos. De acordo com dados disponíveis no ‘The World Factbook’ (EUA, 2020), também produzido pela CIA e divulgado em seu site, entre os 24 países com maiores taxas (acima de 30% da população adulta)⁶, 10 (41,66%) não possuem ministério, e 14 (58,34%) possuem.

Mas se a existência de um ministério específico não é garantia de sucesso esportivo, segundo os parâmetros consagrados pelo Esporte de alto rendimento, ou de melhoria de indicadores sociais e de saúde, o que pretendem promover os ministérios do esporte espalhados pelo mundo? Porque o esporte é tratado como assunto de Estado pela maioria das nações?

A análise dos temas que são associados ao esporte naqueles ministérios compartilhados pode ser um indicativo para pensarmos a motivação de seus governos com a promoção do esporte. Em apenas três casos essa associação é feita diretamente com saúde e bem-estar (‘Ministério da Saúde, Bem-estar e Esportes’ na Holanda, ‘Ministério da Saúde e Esportes’ em Myanmar e ‘Ministério da Saúde Pública e Esportes’ em Aruba). Em outros 73 países (36,5% do total), encontramos o esporte combinado com

⁶ Nauru, Ilhas Cook, Palau, Ilhas Marshall, Tuvalu, Niue, Tonga, Samoa, Kiribati, Micronésia, Kuwait, Estados Unidos, Jordânia, Arábia Saudita, Catar, Líbia, Turquia, Egito, Líbano, Emirados Árabes, Bahamas, Nova Zelândia, Iraque, Fiji.

o termo “juventude”. Outros temas que apareceram de forma significativa são: “cultura” (42 países, ou 21%), “educação” (22 países, ou 11%); “turismo” (10 países, ou 5%); “ciência” (7 países); “lazer”, ou termos que, para fins dessa análise, consideramos análogos, como “recreação” e “entretenimento” (em 8 países, 4%).

A predominância da associação com a “juventude” parece nos indicar não apenas qual o público alvo principal das políticas formuladas por esses ministérios, mas também qual o objetivo principal de sua intervenção. O esporte ganha importância na agenda estatal pelo seu caráter formativo, por sua capacidade de comunicar e ensinar às novas gerações valores, atitudes e ideias consideradas importantes por quem governa os países. Vale lembrar que, em uma sociedade capitalista, a função do Estado é, em última instância, garantir as condições para a reprodução do sociometabolismo do capital. Portanto, longe de ser um mediador neutro, externo à luta de classes, é a esfera onde “a lei do mais forte” se afirma, onde ela é proclamada constitucional e juridicamente incontestável (MÉSZÁROS, 2015). Ou seja, o Estado se caracteriza como um agente de manutenção das relações de poder, dominação e exploração por parte da burguesia. Para isso, lança mão de medidas econômicas e políticas.

No que se refere à esfera econômica, o Estado é responsável por garantir as condições objetivas para a produção e o consumo, as quais não podem ser asseguradas pela burguesia capitalista. Ou seja, prover a infraestrutura e todo regramento legal que permite a produção e circulação de bens e valores. Já no que se refere à função política, podemos desdobrá-la em duas outras: a repressiva e a integradora. Com a forma repressiva, essencialmente, o objetivo é garantir, manter e perpetuar a propriedade privada e as suas correspondentes relações de produção. Ou seja, a repressão caracteriza o uso legítimo da força por parte do aparato estatal contra qualquer ameaça que venha das classes dominadas à propriedade privada, às relações de produção ou à manutenção e

continuidade dos processos de valorização, acumulação e reprodução do capital. Por sua vez, a forma integradora consiste em promover a adesão voluntária das classes dominadas à lógica capitalista, de modo que estas continuem aceitando sua exploração sem a necessidade do uso da força (OYAMA, 2015). Como o esporte contribui nesse processo?

A educação física brasileira acumulou nas últimas décadas importantes críticas a uma visão idealizada do esporte, que o entende como “naturalmente” bom, portador de todas as virtudes (BRACHT, 1986 e 2003; MEDINA, 1990; MARINHO, 2010). Forjado na aurora da sociedade capitalista, o esporte moderno incorporou códigos e valores dessa sociedade, e desde o seu nascedouro foi utilizado como prática pedagógica, parte do processo de socialização dos jovens. A incorporação, no século XX, de símbolos e rituais nacionais (hinos, bandeiras, etc) ao universo esportivo, principalmente a partir do crescimento do movimento olímpico, potencializa esse caráter educativo, aproximando-o ainda mais dos interesses das elites hegemônicas nacionais. Não parece despropositado afirmar que o que motiva a maioria dos governos a investir em políticas esportivas, associando-as às políticas para a juventude, não é o desejo de garantir acesso da população à cultura corporal, ou promover saúde e bem-estar, mas sim, usufruir desse “potencial pedagógico”, “integrador”, de adaptação à lógica capitalista e nacionalista, e das possibilidades de lucro (privado) que são geradas com o esporte.

Portanto, parece importante não alimentarmos fetiches sobre a estrutura ministerial, já que, embora essa estrutura exista na maioria dos países, ela não parece estar colocada a serviço dos interesses históricos de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso não impede, porém, o reconhecimento de que a decisão tomada pelo Governo Bolsonaro de extinguir o Ministério do Esporte vem na contramão dos interesses da maioria da população, e, portanto é regressiva na perspectiva da garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A intenção presidencial precisa ser compreendida no

bojo das demais ações governamentais, como a reforma da previdência, a proposta da ‘carteira de trabalho verde e amarela’, o desmonte da política de saúde mental ou dos órgãos de fiscalização ambiental, para ficar apenas em poucos exemplos. Subscrevemos as críticas já apresentadas, principalmente por Frizzo (op. cit) e Castellani Filho (op. cit) de que o fim do ministério significa um aprofundamento de uma política econômica ultraliberal e uma política social autoritária, que busca intensificar entre nós opressões e a exploração da força de trabalho.

Dialogando com Cléber Dias

Apresentados os dados e primeiras reflexões, passamos agora a dialogar com as críticas e apontamentos feitos pelo professor Cléber Dias no texto ‘Estado e Esporte no Brasil e no Mundo’ (DIAS, 2020), a quem desde já agradecemos a atenção ao trabalho e a disposição em dialogar. Acreditamos que, longe de ser um pensamento fora da curva, suas críticas expressam equívocos e noções bastante difundidas na atualidade, com importantes consequências para a ação política, e exatamente por isso merecem ser trazidas a análise.

Segundo nosso interlocutor, nosso trabalho peca por não extrair dos dados as conclusões consequentes. Isso ocorreria, segundo ele, por “subordinação acrítica à velha e conhecida retórica esquerdista”, “falta de criatividade interpretativa e rebeldia intelectual”, conformismo, apego a esquemas explicativos pré-concebidos, ou mesmo por compromissos e afinidades partidárias. Nossa própria perspectiva teórica, o marxismo, supostamente “bastante disseminado como símbolo de pertencimento tribal” na área dos esportes e lazer, também contribuiria para a obsolência de nosso diagnóstico.

Antes de qualquer coisa, é preciso deixar claro que a falta de um ministério dedicado ao tema não pode ser interpretado como inexistência de uma política nacional de esportes, ou mesmo ausência de intervenção estatal na área. O Brasil, não contou com

um ministério deste tipo durante quase todo o século XX e nem por isso o esporte deixou de ser tratado como assunto de Estado em diversas ocasiões, é exemplo disso. Na atualidade, o caso da China, que mesmo sem possuir um ministério para esse fim dedica bastante atenção estatal aos esportes (CAMPOS, 2017), também pode ser citado. Portanto, não acreditamos que nossos dados autorizem concluir que a presença ou não do Estado na área esportiva seja, em si, boa ou ruim. Se nossa conclusão não aponta nesse sentido, como transparece ser o desejo de nosso interlocutor, não é por estarmos presos a uma retórica pré-estabelecida ou a dogmas de qualquer tipo, mas simplesmente por subordinação aos dados e reconhecimento dos limites da pesquisa.

Sobre o suposto predomínio da perspectiva marxista nos estudos da área, essa nos parece uma afirmação desprovida de qualquer fundamento e facilmente desmentida pela análise da realidade concreta. Estudos como o de Peixoto (2008), Oliveira, Damasceno e Húngaro (2018), Souza e Cunha (2020) indicam exatamente o contrário. Para além das publicações citadas, um exercício simples de análise das ementas e referenciais bibliográficos das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação em educação física, bem como das teses e dissertações defendidas na área, é suficiente para afastar essa hipótese. Lamentamos profundamente que o nosso estimado interlocutor tenha feito eco a uma narrativa típica de grupos obscurantistas, pouco afeitos ao pluralismo de ideias, que buscam em um suposto predomínio do pensamento marxista o “espantalho” ideal para atacar a universidade pública e deslegitimar o pensamento científico.

Feita essas breves considerações, nos atemos agora àquilo que nos parece ser mais relevante para o debate, a divergência central entre nossa posição e a de nosso interlocutor. Ele nos questiona a razão de, apesar de tecermos críticas ao papel do Estado na sociedade capitalista, não acreditarmos que sua menor presença seja desejável. Na raiz da pergunta, está a crença, também explícita no texto, de que a solução para garantir acesso universal

a práticas de esporte e lazer está no mercado, na oferta de serviços privados. Segundo ele, isso se justificaria tanto pela suposta superioridade do mercado (em relação ao Estado) em ouvir e atender aos interesses difusos dos praticantes de esportes, já que a maioria deles o faz por conta própria, sem vínculo associativo ou institucional de nenhuma ordem, quanto pela limitação orçamentária, que tornaria impraticável qualquer tentativa de universalização pela oferta pública. Mais do que uma questão pontual, o autor chega mesmo a afirmar que a chave para o desenvolvimento e para a prosperidade coletiva estaria em um capitalismo regulado, “reinventado” e “inclusivo”. Pretendemos, a seguir, apontar os equívocos desse raciocínio e o irrealismo das formulações.

Primeiramente, é preciso compreender melhor o funcionamento do modo de produção capitalista. Nele, os meios de produção são propriedade de poucos e poucas, enquanto a maioria não possui alternativa para sobreviver senão vender sua força de trabalho em troca de pagamento. O capital, relação estrutural dessa ordem social, é valor que busca valorizar-se, é riqueza (em forma de dinheiro, terra, máquinas, matéria prima, ferramentas, etc) colocada em movimento para gerar ainda mais riqueza. Isso só é possível através de uma relação parasitária com o trabalho humano. Para usar a expressão famosa de Marx, capital "é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo" (MARX, 2013, p. 307). Sendo assim, é necessário que a força de trabalho esteja disponível no mercado como mercadoria para ser comprada pelo proprietário dos meios de produção, pois é a exploração da força de trabalho que gera o mais-valor. Portanto, a reprodução capitalista exige que, reiteradamente, grande parte da população seja privada das condições básicas de sua subsistência, garantindo assim seu engajamento em processos de valorização de valor, em benefício do capitalista.

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, de outro, o trabalhador assalariado (MARX, 2013, p. 653).

A força motriz principal desse processo é a incessante busca do capitalista individual pela reprodução expandida de seu capital. Ou seja, o capitalista só emprega seu dinheiro, seu patrimônio, e suas posses em um processo de produção de bens e mercadorias, pois espera ter, ao fim do processo, mais do que tinha antes. Sendo assim, pouco lhe importa o que é produzido, ou qual sua utilidade. No capitalismo, medicamentos, armas, casas, alimentos, filmes, ou seja lá o que for, só são produzidos pela possibilidade de lucro que trazem. Não por acaso, é comum nos depararmos com produtores rurais que descartam parte significativa de sua produção como forma de diminuir a oferta e majorar o preço de seu produto no mercado – ver, por exemplo, Produtores (2017), Produtores (2018) e Nogueira (2020). A disjunção radical entre produção para as necessidades humanas e autorreprodução do capital é a tônica o capitalismo contemporâneo.

Diferentemente de sociedades anteriores, onde a pobreza estava geralmente relacionada à escassez e a dificuldades de produção, vivemos agora em uma sociedade capaz de produzir o suficiente para todos e todas, mas onde a escassez precisa ser constantemente cultivada, produzida, para garantir o “equilíbrio do mercado” e a manutenção da ordem. A recente declaração de um grande banqueiro brasileiro não deixa dúvidas sobre isso. Segundo ele, o alto índice de desemprego do País, razão de sofrimento em milhões de lares, torna a situação macroeconômica do Brasil favorável como nunca (GOULART, 2019). É parte da chamada “loucura da razão econômica”, descrita por Harvey (2018), que gera acumulação de riqueza num polo e, ao mesmo tempo, miséria, suplício, e privações no polo oposto. Em um movimento essencialmente contraditório, o capital revoluciona permanentemente as forças produtivas (ampliando as possibilidades do gênero humano), ao mesmo tempo em que condena e desumaniza populações cada vez maiores.

Portanto, conhecendo os determinantes desse modo de produção, compreendemos que não há como torná-lo “mais inclusivo” como Dias sugere. Primeiro porque, efetivamente, não há ninguém “de fora” desse sistema, esperando ser incluído. Na busca incessante por novos ciclos de reprodução expandida, por novos mercados e formas de lucro, o capital colonizou as mais remotas regiões do globo. Os miseráveis e marginalizados de hoje são produtos do capitalismo, e não podem ser salvos por ele. Segundo porque o capitalismo supõe, necessariamente, propriedade privada dos meios de produção (para poucos) e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, produção social da riqueza e apropriação privada da mesma. Essa é a essência do capitalismo, condição de sua própria existência, e não será um apelo a uma noção abstrata de “justiça”, ou o recente alinhamento de Júpiter com Saturno que poderá mudá-lo.

Uma política conciliatória até é capaz de gerar, em condições favoráveis, ganhos relativos, mas mostra seus limites diante de qualquer crise do capital. A tentativa de um capitalismo mais democrático, com amplos direitos sociais, o chamado Welfare State, só foi possível por um breve período, em uma conjuntura econômica e política bem específica e em um número bem pequeno de países do norte global (e normalmente deixando sem direitos o conjunto de “imigrantes ilegais” ali presentes). A experiência histórica mostra que não é viável socializar por muito tempo os meios de consumo, sem socializar também os meios de produção.

Diante disso, nos parece óbvio que o mercado não é capaz de garantir o acesso igualitário e universal ao esporte, ou a qualquer outra prática, serviço ou bem tratada como mercadoria. No capitalismo, o afastamento entre a produção social e as necessidades coletivas não é um desvio ou obra do acaso, mas sim consequência inevitável do modo como a produção e as trocas estão estruturadas. A desigualdade, assim como certo nível de escassez, é funcional ao mercado. Já a fartura, ou superprodução, é

sinônimo de crise. Acreditar ser possível eliminar os efeitos deletérios do capitalismo mantendo intactos seus fundamentos é alimentar vãs ilusões⁷.

Por fim, faz-se importante desfazer uma confusão. De fato, uma sociedade sem classes, fundamentada em uma igualdade substantiva, e auto administrada por homens e mulheres realmente emancipados, é incompatível com a existência de um órgão de decisão política apartado do corpo social, como o Estado. Porém, o simples desmantelamento ou abandono da estrutura estatal nos dias de hoje não nos aproxima desse ideal. Pelo contrário, as narrativas contemporâneas de diminuição da presença estatal caminham justamente na direção contrária, favorecendo o ditame do mercado, e buscando ampliar o poder de regulação do capital sobre a dinâmica da sociedade. A crítica marxista aponta que

a dissolução do sistema não se identifica com sobreposição do mercantil pelo estatal em nome dos trabalhadores, mas na abolição do valor como sistema que põe os indivíduos em articulação e conexão social (OLIVEIRA, 2015, p. 237).

Não há contradição alguma em reconhecer o caráter classista do Estado, a necessidade histórica de superá-lo, e lutar no presente pelo controle do aparato estatal. Se a classe trabalhadora deseja construir uma sociedade diferente, não pode abdicar da luta pela conquista do poder político. Sob a direção dos trabalhadores, o Estado deverá ser orientado a reduzir consciente e permanentemente o poder de regulação do capital sobre o sociometabolismo. As reformas, embora não possam substituir o momento da ruptura, devem servir como “pontos de Arquimedes”, que permitam progressivamente elevar o nível de consciência dos trabalhadores e trabalhadoras e organizá-los enquanto classe.

Portanto, em um contexto diferente, onde a classe trabalhadora consiga conquistar a hegemonia social, colocando os seus interesses como prioridade, acreditamos que a

⁷ Vale dizer que essa ilusão não é nova. Embora possa parecer inovadora e original, a formulação de Dias tem suas raízes na velha e conhecida crença no poder regulatório da “mão invisível” do mercado, que embala os sonhos liberais desde o século XVIII.

presença estatal no esporte será importante na medida em que promova ações que visem contribuir para o processo de conscientização e mobilização popular. Ações que incentivem os sujeitos a romper com o individualismo e com a competitividade que marcam a sociabilidade capitalista, buscando se organizar, percebendo-se como membros de uma coletividade e cultivando outro tipo de relação.

Reflexões Finais

*Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer
(Belchior – Velha roupa colorida)*

Vivemos tempos difíceis para a classe trabalhadora. No Brasil, acabamos de chegar ao fim da pior década da história de nossa economia. O crescimento pífio acumulado nos últimos dez anos foi menor que a taxa de crescimento vegetativo da população, e a renda média das famílias encolheu. O prolongamento da atual crise sanitária, e a insistência em uma política econômica neoliberal (que, diga-se de passagem, conta com o apoio irrestrito do empresariado e da grande mídia brasileira) indicam que a saída do fundo do poço ainda está longe. No plano político, passamos a flertar abertamente com a ameaça neofascista, com a ascensão ao poder de uma aliança reacionária e autoritária entre militares, fundamentalistas neopentecostais, rentistas, terraplanistas, e afins.

Em tempos como esses, o peso das derrotas é grande. A classe trabalhadora perde a confiança em si, e muitos são seduzidos por narrativas conservadoras e a-históricas, que prometem saídas fáceis e não conflituosas. Em nome de um “mal menor”, e de uma suposta temperança política, somos constantemente persuadidos por um discurso que nos

convida a abandonar projetos históricos de emancipação e transformação radical e aceitar a dura realidade como a melhor ou a única possível. Tudo aquilo que difere do status quo é taxado de “irrealizável”, sem considerar que não existe *status quo* eterno e, para o bem ou para o mal, a realidade segue cambiante.

Ou as forças mais vitais da humanidade, a sua parcela mais explorada e oprimida, se levanta em legítima autodefesa e, ao buscar a sua libertação, abre uma janela de esperança para a civilização, ou mergulharemos em uma decadência de proporções impensáveis (ARCARY, 2016. p. 113).

Para explicar a dinâmica social, e o papel das lutas de classe nesse processo, Linera (2018) a compara com a atividade das placas tectônicas. Esse movimento nunca cessa, embora na maior parte do tempo seja praticamente imperceptível, e tudo pareça estável. Entretanto, cedo ou tarde, as tensões irrompem à superfície, como lava vulcânica, arrasando tudo o que vê pela frente e tudo o que era sólido se desmancha no ar. São as revoluções, momentos autopoieticos da humanidade, nos quais a sociedade em seu conjunto se sente com a capacidade de autocriar-se e autodeterminar-se:

A revolução é o ato pelo qual os homens assumirão conscientemente e com toda a radicalidade o fato de serem eles os artífices da sua própria história. Se os homens fazem a história, não há razões para continuarem a fazê-la sob o domínio do capital e de suas alienações; não há razões que justifiquem a produção crescente de desumanidades (LESSA e TONET, 2011. p. 116).

Por fim, concordamos com Dias (2020), que a universidade pública brasileira, como espaço privilegiado de produção e socialização de conhecimento, assim como de formação intelectual e política das novas gerações, “não pode se furtar a colaborar com a construção de projetos capazes de resolver com efetividade os problemas do país”. A forma de fazê-lo, porém, é tomando-os criticamente, em toda sua radicalidade:

Por crítica radical entendemos uma compreensão de qualquer fenômeno social que tenha como ponto de partida ou pressuposto a raiz da realidade social, vale dizer, as relações que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à sua existência. Isso implica a compreensão do processo histórico e social, com todas as suas mediações, que resultou naquele determinado fenômeno. Constatar o caráter histórico e social de todos os fenômenos sociais significa, por sua vez, fundamentar a possibilidade de uma transformação também radical do mundo (TONET, 2013. p. 66).

Afastar ilusões e semear esperanças é a uma forma de contribuir para que o amanhã não seja só um ontem com um novo nome.

REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **O martelo da história**: ensaios sobre a urgência da revolução contemporânea. São Paulo: Sundermann, 2016.

BRACHT, V, “A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo... capitalista”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 7, n, 2, p. 62 – 68, 1986.

_____. **Sociologia Crítica do Esporte**: Uma introdução. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BUENO, L. Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV. 2008.

CAMPOS, A.C. Promoção do futebol nas escolas é política de Estado na China. **Agência Brasil**. Julho, 2017.

CASTELLANI FILHO, L. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. In: MASCARENHAS, F., ATHAYDE, P., MATIAS, W. (Org.). **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015.

_____. A política esportiva brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-18, out/dez 2019.

DIAS, C.A.G. Estado e Esporte no Brasil e no Mundo. **Temperança Política**. Belo Horizonte, dezembro, 2020.

_____. O fim do Ministério do Esporte: boa ou má notícia? **Ludopédio**, São Paulo, v. 113, n. 29, 2018.

ESTADOS UNIDOS. ‘**Chiefs of State and Cabinet Members of Foreign Governments**’. Washington, DC: Agência Central de Inteligência, outubro de 2020.

ESTADOS UNIDOS. **The World Factbook 2020**. Washington, DC: Agência Central de Inteligência, 2020.

FREIRE, D. Veja o ranking completo dos 189 países por IDH. **CNN**. São Paulo, dezembro, 2020.

FRIZZO, G.F.E., Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-15, out/dez 2019.

GOULART, J. Presidente do Itaú avalia que declarações de Bolsonaro não atrapalham reformas. **Folha de São Paulo**. Julho, 30, 2019.

HARVEY, D. **A Loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. Trad: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LINERA, Á. **O que é uma revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINHO, V. **O Esporte pode tudo.** São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. In: MASCARENHAS, F., ATHAYDE, P., MATIAS, W. (Org.). **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma.** Brasília: Thesaurus, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar:** reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, M. Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. **Jornal UFG.** Goiânia, abril, 2019.

NOGUEIRA, C. Toneladas de tomates são descartadas às margens de estradas no interior de SP. **G1.** Itapetinga, fevereiro, 2020.

OLIVEIRA, B.A.; DAMASCENO, L.G.; HÚNGARO, E.M. Os estudos do lazer na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): apontamentos críticos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, V. 40, p. 325-334, 2018.

OYAMA, E. **A morte da educação escolar pública.** Universidade e Sociedade, Brasília, n. 55, Fevereiro de 2015.

PEREIRA, L. A. De M., **Footballmania:** uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PLATONOW, V. UFPB se mantém como a líder em depósitos de patentes Campeões em pedidos de patentes no país foram revelados pelo Inpi. **Agência Brasil.** Rio de Janeiro, setembro, 2020.

PRODUTORES do Oeste jogam leite fora para protestar contra crise do setor. **NSC Total.** outubro, 2017.

PRODUTORES rurais descartam batata às margens de BR-354 após queda de preço em São Gotardo. **G1.** Alto Paranaíba, abril, 2018.

SOUZA, D.L.; CUNHA, A.C.P. O Perfil da produção de artigos relacionados com o esporte nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física no Brasil (2010-2016). **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, 2020.

SOUZA, D. A. **O Brasil entra em ação:** construções e reconstruções da identidade nacional (1930 – 1947). São Paulo: Annablume, 2008.

TAFFAREL, C.N.Z.; SANTOS J.; CLAUDIO, L., Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-33, out/dez 2019.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Endereços dos(as) Autores(as):

Verônica Toledo Ferreira de Carvalho
EEFFTO/UFMG
Av. Antonio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-901
Endereço Eletrônico: veronica.usa24@gmail.com

Renato Machado Saldanha
EEFFTO/UFMG
Av. Antonio Carlos 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-901
Endereço Eletrônico: renatomsaldanha@gmail.com